

CÂMARA MUNICIPAL DE REDUTO

PROTOCOLO Nº 024

DATA 02/04/09

HORARIO 14:05

Legemio

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO REPRESENTANTES

PROJETO DE LEI Nº. 009, DE 02 DE MARÇO DE 2.009.

"Autoriza a cessão temporária de servidor municipal a órgãos públicos que especifica e dá outras providências".

O Povo do Município de Reduto, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, SANCIONO a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, temporariamente, servidor público municipal para a prestação de serviços junto ao Estado de Minas Gerais, através da Polícia Civil, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, através do Cartório da 167ª Zona Eleitoral de Manhuaçu, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, através da Vara do Trabalho de Manhuaçu, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através da Vara Criminal da comarca de Manhuaçu e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER.

Art. 2º. A cessão de servidor para os órgãos públicos de que trata o artigo 1º desta lei será precedida de convênio celebrado entre as partes.

Art. 3º. A cessão de servidor de que trata esta lei será feita com ônus para o Município de Reduto.

Art. 4º. A frequência do servidor cedido será controlada pela entidade pública cessionária e será informada mensalmente, por escrito, à Prefeitura Municipal de Reduto, arquivando-se cópia na repartição de origem para controle e eventuais comunicações pertinentes à cessão.

Art. 5º. A entidade pública cessionária não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor cedido para o desempenho de função que não esteja compreendida no Convênio.

Art. 6º. A cessão de que trata esta lei poderá ser revogada a qualquer tempo, em havendo interesse público, sem que isso gere direitos ao servidor cedido ou à entidade beneficiada.

Art. 7º. O servidor cedido nos termos desta lei fará jus a todos os benefícios e gratificações decorrentes de seu cargo junto à Prefeitura do Município de Reduto.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reduto, 02 de março de 2.009.

Marcio Gerard
MÁRCIO GERARD
PREFEITO MUNICIPAL

LIDO EM PLENÁRIO
EM 02/04/09
Legemio
SECRETÁRIA